

Scripta Nova

REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98

Vol. XVIII, núm. 496 (04), 1 de diciembre de 2014

[Nueva serie de *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*]

DA BIOPOLÍTICA À BIOCIVILIZAÇÃO: CONTROLES - DO ESPAÇO, DO CORPO E DO TERRITORIO - EM DISPUTA

Marcos Bernardino de Carvalho
Universidade de São Paulo

Da biopolítica à biocivilização: controles - do espaço, do corpo e do território - em disputa

Controles ‘bio’ e geopolíticos, viabilizam essa “era de biopoderes” em que nos encontramos, conforme Michel Foucault. A sujeição de todos os territórios e da vida neles contida, a um padrão global de acumulação movido pelos combustíveis fósseis, são ingredientes básicos desses tempos construídos pela “civilização do petróleo”. Uma crise socioambiental permanente e a promessa de um horizonte catastrófico, igualmente são características proporcionadas por esse padrão. O projeto biocivilizatório, proposto por Ignacy Sachs, inspirado nas ideias de diversos outros autores que examinaremos, apresenta-se como uma possibilidade de antídoto capaz de reverter essa trajetória de crises e de destruição. A construção desse projeto pode ser observada e estimulada nas mais diversas escalas, sobretudo naquelas em que se oferece resistência aos micropoderes que viabilizam os controles biopolíticos. Demonstraremos isso, observando das lutas que se travam na Amazônia e nos movimentos verificados em um *campus* universitário localizado na zona leste de São Paulo.

Palavras-chave: biopolítica, geopolítica, biocivilização, crise socioambiental, USP-Leste

From biopolitics to biocivilization: controls - space, body and territory - in contention

‘Bio’ and geopolitical controls, enable this "biopower era" in which we are, according to Michel Foucault. The subjection of all territories and the life therein contained to a global pattern of accumulation, driven by fossil fuel, are basic ingredients of these days constructed by the "oil civilization". A permanent social-environmental crisis and the promise of a catastrophic horizon, are also characteristics provided by this pattern. The bio-civilization project, proposed by Ignacy Sachs, inspired by ideas from several authors, provides an antidote for reversing this trajectory of crisis and destruction. The construction of this project can be seen and encouraged in several scales, especially those which offer resistance to the micro-powers that enable the biopolitical controls. We will demonstrate this by observing the struggles that take place in

the Amazon and other movements such as the one that occurred at a university *campus* located on the east zone of São Paulo.

Keywords: biopolitics, geopolitics bio-civilization, social-environmental crisis, USP-Leste

Popularizada por Michel Foucault, ou, nas palavras de Roberto Esposito, na verdade “reposicionada” e “requalificada” criticamente pelo filósofo francês¹, a expressão *biopolítica*, cunhada no começo do século XX pelo mesmo autor de *geopolítica*, Rudolf Kjellén, expressa o outro conjunto de dimensões que somadas às territoriais completaria o quadro de subordinações necessárias à consolidação dos poderes econômicos e políticos em ascensão no início daquele século, diante das turbulências que então se anunciavam.

Em pelo menos dois livros seus — *Der Staat als Lebensform*, de 1916, e *Grundrisse zu einem System der Politik*, de 1920 —, o esboço da ideia e a sua formulação podem ser perscrutados. É no segundo livro, no entanto, que o cientista político sueco propõe a expressão “biopolítica”, advertindo que nomeava “essa disciplina por analogia à Ciência da Vida, a Biologia”, mas inspirava-se no sentido original da palavra grega “*biós*”, não utilizada apenas para fazer referência à dimensão “natural, física, mas talvez, em medida igualmente significativa, à vida cultural”². Tais considerações são feitas pelo autor ao finalizar um capítulo em que significativamente afirma “aqui [com essa proposição] a sociopolítica se completa”, pois, seu “sistema repousa apenas em dois elementos: o da forma e o da vida da sociedade, a ‘filo’ e a ‘política’”³.

Assim, *biopolítica*, da mesma maneira que já havia se passado com a *geopolítica*, institui-se como a disciplina que completa as referências ao controle total — socioespacial — necessário ao desenvolvimento e consagração dos padrões de ordenamento mundialmente estabelecidos desde então. Originalmente, portanto, e considerando o viés de adesão ideológica a esses padrões por parte de Kjellén, essas “novas” denominações disciplinares, longe de pretenderem expressar apenas contrações neutras de formulações anteriormente propostas por outros pensadores, como a *Geografia Política* ou a *Biogeografia Universal* (conforme as definiu F. Ratzel em suas obras – v. nota 41), por exemplo, propõem-se a indicar, com essa redução de signos (significante), igual redução nos próprios significados e ações relacionados ao *biós* e ao *político*, sugerindo os limites aos quais deveriam se subordinar: os dos controles exercidos pelos Estados nacionais⁴. Se estes, por sua vez, já se institucionalizavam, reconhecidamente, como legítimos detentores do monopólio do exercício da força, agora, como as ideias de ‘*bio*’ e ‘*geopolíticas*’ sugerem, pretendia-se a ampliação desse reconhecimento, da exclusividade do Estado, também para a condução da política e das dinâmicas relacionadas à reprodução e manutenção da vida (humana).

¹ Espósito, 2006, p. 23.

² Kjellén *apud* Esposito, 2006, p.28.

³ Kjellén, 1920, p. 94.

⁴ Sobre os significados atribuídos ao sentido da geopolítica, já tratamos disso em outra ocasião — Carvalho, 2006 —, ali, inclusive desenvolvemos com maior detalhe as diferenças entre a concepção original de geografia política, formulada por Ratzel, e a geopolítica de Kjellén.

O compromisso dessa institucionalidade com a ordem social e econômica, que ela ajudou a viabilizar, compõe um dos ingredientes básicos do projeto civilizatório em vigor. Nesse sentido, antídotos que pretendam resistir e disseminar contraposições de liberdades, autonomias e [des]controles a esse projeto, não podem desconsiderar esta condição: civilizatória. Parte dessa resistência poderia agrupar-se hoje em torno da ideia de *biocivilização*, apregoada por alguns, em reconhecimento às potencialidades das ações já desenvolvidas por muitos adeptos dessas contraposições. Ao desenredo da trajetória que nos levou a essa compreensão, da *biopolítica* à *biocivilização*, é que nos dedicaremos neste trabalho. Alguns exemplos selecionados de ações, ideias e formulações que alimentam essa que para alguns deveria ser a proposta para as civilizações do futuro, calcadas na valorização dos componentes presentes no sentido amplo (do físico ao cultural) que os gregos atribuíam ao *biós*, e não circunscritos e/ou sufocados apenas pelos interesses das políticas dos Estados, é que nos servirão de apoio, incluindo episódios recentes vividos no próprio *campus* da universidade em que trabalhamos. Mas, antes, detalharemos um pouco mais o percurso histórico que circunscreveu a ‘*bio*’ à ‘*geo*’ política e consagrou essa era de ‘*bio*’ poderes que, segundo Foucault, submetem o mundo e suas sociedades há alguns séculos. Tal abordagem crítica da biopolítica, produzida pelo filósofo francês, é parte importante da construção dessa resistência contra o predomínio desses biopoderes.

‘Bio’ e ‘geo’: dimensões submetidas às políticas dos Estados nacionais

Os Estados nacionais modernos, como sabemos, viabilizaram a geopolítica necessária à consolidação de um padrão de acumulação e de uma ordem social mundializados a partir dos séculos XV e XVI. Ao estenderem as fronteiras de suas expressões territoriais até que estas coincidissem com os limites do próprio geóide, apropriaram-se de tudo que existe no planeta. Assim, as unidades geopolíticas representadas por esses Estados nacionais territorializados, — países, em uma palavra —, organizaram o mundo para que a implantação global da economia-política gestada na Europa se viabilizasse⁵.

Dos acordos da Westphalia (1648), que consagraram no século XVII os estatutos da soberania nacional e territorial, na forma como a concebemos hoje, aos progressos e fatos havidos no século XVIII e XIX, com os aprimoramentos institucionais e políticos incorporados aos mecanismos de Estado, os poderes estenderam-se sobre as populações consolidadas nas unidades geopolíticas que em cada canto do mundo viabilizaram o modelo pretendido. Para essa geopolítica, a “assunção da vida pelo poder” foi um dos mecanismos fundamentais a garantir o aperfeiçoamento desses controles proporcionados pelos Estados. Estes, portanto, às existências juridicamente consagradas pelo estatuto da soberania, adicionaram, segundo Michel Foucault, outra dimensão, igualmente estratégica para a consolidação de seus domínios: a “biológica”, relacionada ao controle das populações, cujas dinâmicas e processos — “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar” —, serão “assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores — uma biopolítica da população”⁶.

⁵ Carvalho, 2006.

⁶ Foucault, 1999, p. 131.

Dessa forma, se os Estados nacionais territorializados constituíram-se, por um lado, em unidades geopolíticas que viabilizaram o processo de mundialização, sobretudo espacial e territorial, pretendido pela expansão inicialmente mercantil e comercial do capitalismo, essa etapa de “biopoder”, por outro lado, que se consolida a partir dos séculos XVIII e XIX, seria igualmente fundamental para os novos progressos, industriais e financeiros, que o sistema abraçaria a partir daí: “Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”⁷.

Tais dimensões de existência e de viabilização do sistema, que os Estados proporcionaram à economia-política, que desde então assenhorou-se do mundo, ao nos revelarem a extensão e o alcance dos poderes e controles exercidos, indicam-nos, em contrapartida, o que deveríamos levar em conta e conhecer para construirmos alternativas verdadeiras aos problemas produzidos para as pessoas e os ambientes, decorrentes dessa “era de um biopoder (...) que faz [por meio da “biopolítica”] com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos”⁸.

Antes, no entanto, é preciso caracterizar a extensão dos problemas e das tragédias provocadas por essa era de biopoder.

Biopoder: sinônimo de crise ‘bio’ e ‘geo’civilizatória

Bio e [*geo*]políticas específicas tornaram-se os “braços” desse biopoder, cujo advento histórico, desenvolvimento e institucionalização, coincide com a afirmação de um projeto civilizatório, a chamada “civilização do petróleo”, que a partir do século 17 introduziu o uso das energias fósseis — carvão, petróleo e gás, nessa sequência —, convertidas na “base das revoluções industriais que transformaram radicalmente o mundo nos planos demográfico, econômico, social e geopolítico e nos levaram à situação que vivenciamos hoje”⁹.

“*Civilização do petróleo*”, conforme a caracterizou Sachs, dentre outros, é um dos nomes possíveis para essa “*era de biopoder*”, identificada por Foucault. Tais designações genéricas expressam fenômenos convergentes no tempo e no espaço. Independentemente de suas manifestações regionais e/ou localizadas, compõem um conjunto que além de indicar os modelos, de subordinação aos combustíveis fósseis e seus derivados, das mais variadas matrizes energéticas, indicam os mecanismos de produção e de acumulação global, os padrões de controle, de comportamento e de consumo, bem como as consequências promovidas por esses relacionamentos sobre os meios físicos e biológicos e outras dimensões (humanas ou não), igualmente vitais para a nossa existência.

O período a que nos referimos coincide, para diversos autores, com a instalação e consolidação das crises mais sérias experimentadas pelas biocenoses na escala mundial. Tais crises, de certa forma, desencadeiam-se a partir das revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX, mas atingem

⁷ Foucault, 1999, p. 132.

⁸ Foucault, 1999, p.132-134.

⁹ Sachs, 2008.

seus ápices com a generalização dos processos urbano-industriais após os anos 1950. A partir daí, ampliam-se para praticamente todos os países do globo os atuais padrões econômico-sociais, bem como os arranjos espaciais e territoriais que lhes são correspondentes, incluindo o necessário ordenamento geopolítico que os viabilizam.

Ainda no século XIX, o próprio zoólogo alemão que introduziu a noção de biocenose, Karl Möbius (1825-1908), desenvolveu estudos sobre a economia humana como fator biocenótico. Möbius e outros, como seus contemporâneos e contemporâneos Ernst Friedrich e Friedrich Ratzel, segundo Matagne¹⁰, são pioneiros na consideração daquilo que passaram a caracterizar como *Raubwirtschaft* (literalmente “economia de saque ou de pilhagem”). Considerando-a como traço civilizatório característico da expansão colonial das sociedades europeias para o restante dos territórios globais, sugerem, inclusive, as possíveis consequências catastróficas dessas ações, ignoradas, — segundo eles —, pelo paradigma darwiniano em ascensão, que assim, ao não considerar a *Raubwirtschaft*, convertia-se em “uma teoria de legitimação das ações humanas sobre o ambiente”¹¹. Outros pensadores, também do século XIX, ao realçar os problemas e as crises que então se anunciavam, sugeriam abordagens mais direcionadas a determinados arranjos sociais e econômicos, como aquelas produzidas por Marx e Engels em suas críticas direcionadas à burguesia e ao capitalismo. Grande parte destas foram sintetizadas no conhecido Manifesto de 1848 em passagens que se tornaram célebres, tais como «[“na época burguesa”, ou “sob a burguesia, a classe dos capitalistas modernos”] tudo que é sólido se desfaz no ar, tudo que é sagrado é profanado... »¹².

Passados mais de 150 anos das manifestações desses pensadores oitocentistas e realizadas, inclusive, as experiências do chamado “socialismo científico”, que os autores do Manifesto apregoavam como a solução para as catástrofes e crises anunciadas, dentre outras experiências, igualmente malogradas e experimentadas ao longo do século XX, prevaleceu o acerto da crítica genérica ao modelo urbano-industrial, adotado a partir das revoluções industriais, e também ao processo civilizatório que lhe é correspondente, independentemente dos arranjos econômico-sociais construídos nas diversas unidades geopolíticas que integram o mundo e do papel que ocupem no sistema internacional, ou na divisão técnica e territorial do trabalho.

Tais percepções expressam-se hoje de diversas maneiras e nas reflexões, individuais e/ou coletivas, dos mais distintos pensadores e de variadas áreas do conhecimento. Do matemático-economista romeno Georgescu-Roegen, ao antropólogo-filósofo francês Edgar Morin, entre vários outros que poderíamos mencionar, tem sido uma constante a sugestão de que os padrões de ordem social estabelecidos investiram em um processo civilizatório de descontrole total que coloca em risco não só a integridade físico-biológica, mas efetivamente ameaça a sobrevivência de tudo e de todos.

¹⁰ Matagne, 1992.

¹¹ Matagne, 1992, p. 328.

¹² Em tradução livre do original “[In die Bourgeoisepoche; Unter Bourgeoisie wird die Klasse der modernen Kapitalisten] Alles Ständische und Stehende verdampft, alles Heilige wird entweiht...” disponível em *Manifest der Kommunistischen Partei* [acessado em 23/02/2014] <http://www.mlwerke.de/me/me04/me04_459.htm#Kap_II>

Em seu “O decrescimento”¹³, por exemplo, cujo texto original é do final dos anos 70, o economista lança inclusive as bases de uma necessária “bioeconomia”, pautada na ideia de que “o crescimento atual deve não só cessar, mas ser invertido”¹⁴, que poderia ser viabilizada por um “programa bioeconômico minimalista”¹⁵, que embora reconheça que a humanidade não vai “renunciar totalmente ao conforto industrial da evolução exossomática” [“nem regressar às cavernas, ou às árvores”]¹⁶, poderia ao menos lançar as bases para a adoção de outros parâmetros energéticos, populacionais e civilizacionais.

Morin, em seu recente “La Voie”, lançado em 2011, de certa forma retoma essa discussão proposta por Roegen, atualizando-a, ao incluir em sua crítica referências a essa tendência em reduzir os qualificativos “sustentável/sustentabilidade” (convertidos em panacéia universal), à condição de eufemismos destinados a atenuar a obsessão desenvolvimento/crescimento: «A tomada de consciência da crise do desenvolvimento repercutiu — mesmo que de forma parcial, insuficiente e limitada — na problemática ecológica, a qual conduziu a “atenuar” a noção de desenvolvimento adicionando-lhe o epíteto “sustentável”»¹⁷. Por isso, conclui sugestivamente: “A política da humanidade — [‘que a salve do desastre’]¹⁸ — implicaria superar a ideia de desenvolvimento, inclusive de desenvolvimento sustentável”¹⁹.

O pensador francês, no entanto, vai mais além, ao propor na sequência dessa sua indicação, para a “política da humanidade”, que além de superar a “ideia de desenvolvimento” é importante igualmente rechaçar a “ideia de subdesenvolvimento”, pelo menos naquilo que isso tem representado em termos de difusão de tratamentos e considerações que colocam à margem e desqualificam “culturas que possuem conhecimentos, técnicas, sabedorias e artes de viver frequentemente ausentes ou desaparecidos entre nós; (...) que mantêm uma ética comunitária e uma relação com a natureza e o cosmos”²⁰.

Os ingredientes da crise indicam os seus próprios antídotos

Na consideração dos componentes cognitivos e discricionários que igualmente nos conduziram à situação crítica que vivemos, sobretudo contemplando as “novas alianças” e os diálogos que deveremos promover para superá-la, diversos outros autores poderiam ser igualmente aqui

¹³ Georgescu-Roegen, 2012.

¹⁴ Georgescu-Roegen, 2012, p. 99.

¹⁵ Georgescu-Roegen, 2012, p. 113-115.

¹⁶ Georgescu-Roegen, 2012, p. 113.

¹⁷ Morin, 2012, p.28.

¹⁸ Aquilo que o pensador francês denomina como “política da humanidade”, trata-se de um verdadeiro programa de reflexões, ações e sugestões que ocupam toda a primeira parte dessa obra que estamos mencionado. Os seguintes excertos sintetizam e esclarecem um pouco mais os sentidos e propósitos desse “programa”: “Una política que se proponga mejorar las relaciones entre los humanos (pueblos, grupos e individuos) debe, más que cualquier otra, basarse únicamente en una concepción del mundo, del hombre, de la sociedad y de la historia, pero también en una concepción de la era planetaria.”; (...) “se basaría en el concepto de Tierra-Patria, que supone la conciencia del destino, la identidad y el origen común de toda la humanidad” (...)“obedecería a las normas complementarias antagonistas: globalización/ desglobalización; crecimiento/decrecimiento; desarrollo/involución; transformación/ conservación (Morin, 2011, p. 44- 47).

¹⁹ Morin, 2012, p.48.

²⁰ Morin, 2012, p.48.

lembrados, como já o fizemos em várias outras ocasiões, especialmente em reflexões produzidas para os Colóquios Geocrítica. Dentre estes, valeria reafirmar menções a Enrique Leff, Boaventura Souza Santos, Laymert Garcia dos Santos, Viveiros de Castro, Ilya Prigogine, entre outros, facilmente reconhecidos pelos aportes que fizeram às reflexões sobre o papel desses componentes. Com Leff²¹, por exemplo, a caracterização da dimensão cognitiva da crise atinge o ponto de não admitir a distinção entre o que chamamos de “crise ambiental” e “crise do conhecimento”. E com Souza Santos²², a contundência da crítica ao procedimento discricionário adotado com relação aos outros saberes, colocados à margem do mundo hegemônico, o leva a destacar o papel do “epistemicídio” na destruição das culturas, dos territórios e na produção das crises contemporâneas. Em todos eles, dentre outros mais que poderíamos aqui acrescentar²³, há um traço comum: a exortação à necessidade de ampliação dos diálogos e do reposicionamento cognitivo que são proporcionados por “novas alianças entre as distintas culturas científicas”²⁴ ou pelas “ecologias e/ou diálogos dos saberes”²⁵ ou, ainda, pela consideração dos papéis recorrentes que existem entre as dimensões do que se convencionou denominar de “cultura” ou de “natureza”²⁶.

Esse traço comum, em grande parte deriva também da concordância destes e de outros pensadores, acerca da magnitude dos problemas socioambientais com os quais estamos nos deparando e como as possibilidades de seus solucionamentos não se reduzem apenas aos diversos expedientes técnicos de que poderíamos lançar mão, como por exemplo, para diversificar fontes energéticas, mas ampliam-se para a consideração de necessários rearranjos sociais, mudanças e transformações econômicas e questionamentos de valores culturais, que também deverão ser considerados para o enfrentamento sério da crise. A indicação do caráter — e da solução — civilizacional dessa crise é, portanto, outro traço analítico com o qual compartilham os diversos autores dedicados ao tema.

O reconhecimento desse caráter, da dimensão civilizacional da crise, expressa-se quando vários deles nos exortam, com vistas ao seu enfrentamento, a “despirmo-nos da arrogância intelectual ocidentalocêntrica”²⁷ ou a promovermos o que Souza Santos denominou de “pensamento pós-abissal” para combater o “epistemicídio”, que provocou nos últimos cinco séculos o desperdício “de uma imensa riqueza de experiências cognitivas”, perpetrado pelo mesmo processo geopolítico que nesse período subordinou o mundo, também com “o policiamento das fronteiras do conhecimento”, comandado pela hegemonia das “epistemologias abissais do Norte global”, assim denominadas por Souza Santos²⁸, por causa daquela mesma postura arrogante, a qual se refere Morin. Postura esta, que além do seu horizonte admitido de conhecimentos e de percepções, nada

²¹ Leff, 2003.

²² Souza Santos, 2007.

²³ Tomamos aqui a liberdade de remeter o leitor para outros dois textos de nossa autoria, nos quais igualmente examinamos com um pouco mais de detalhe o apoio de várias dessas referências que estamos indicando: Carvalho, 2012 e Carvalho *et al.*, 2013.

²⁴ Prigogine e Stengers, 1997.

²⁵ Leff, 2003; Souza Santos, 2007.

²⁶ Castro, 2007; Santos, 2003.

²⁷ Morin, 2011, p. 48.

²⁸ Souza Santos, 2007, p. 91.

valoriza, nada considera. Para além desses horizontes, haveria apenas um imenso abismo, destinado a tragar e a remeter ao vazio todos aqueles que neles se aventurassem.

Sob muitos aspectos, no entanto, deu-se o inverso, como sabemos. As evidências empíricas do que vivenciamos hoje, assim como as reflexões, alertas e argumentações que nos são proporcionadas apenas pelos autores que aqui já reunimos, seriam suficientes para constatar isso.

Os limites policiados pelas fronteiras do conhecimento abissal, graças ao “sucesso” da geopolítica dos Estados nacionais, estenderam-se para as fronteiras do próprio geóide, como já indicamos nas partes iniciais deste trabalho. A perspectiva da “tragédia [promovida pelo exclusivismo do conhecimento] abissal” mundializou-se, portanto.

Hoje, há aqueles que, como o ambientalista e jornalista Mark Lynas, em seu *best-seller* “Seis Graus...” (premiado como texto de divulgação científica pela Royal Society, em 2008), não economizam nos alarmes sobre a trajetória a que fomos conduzidos pela civilização do petróleo, abusando, inclusive, das metáforas recorrentes nesse assunto, caso não reduzamos dramaticamente as emissões de gases-estufa: “os nossos destinos já estão traçados, e a nossa caminhada para o inferno talvez não possa mais ser alterada (...). Como as almas atormentadas que Dante encontra no sexto Círculo do Inferno, uma vez ‘fechadas as portas do futuro’ — seja na Amazônia, na Sibéria ou no Ártico — é possível que nos vejamos impotentes para interferir no final dessa pavorosa história”²⁹.

Já o filósofo brasileiro Giacóia Jr., em seu “Heidegger Urgente...”³⁰, além de não poupar caracterizações igualmente superlativas para essa situação reconhecidamente crítica, — anunciadas por “iminente catástrofe ecológica e por um novo empreendimento sistemático de destruição do humano”³¹ —, conduz a sua reflexão para o desvendamento e consideração das bases éticas, morais e filosóficas que nos permitiriam apurar as responsabilidades pela “catástrofe”, uma vez que o conhecimento e questionamento desses fundamentos, automaticamente indicam os caminhos necessários às reconstruções dessas bases, em outros moldes, e aos quais deveríamos nos dedicar urgentemente e de agora em diante. No âmbito do desvendamento desses fundamentos, o filósofo, apoiado nas reflexões heideggerianas, incluindo o erro (re)conhecido que conduziu o pensador alemão ao nacional-socialismo, indica “os sonhos da razão esclarecida” e suas propriedades que “também produziram monstros e nutriram fantasias perigosas”, dentre elas uma “barbárie mítica, a dominação da natureza levada a efeito pela razão instrumental”: “A promessa de livrar o homem do medo e instalá-lo na Terra como senhor e possuidor desandou em administração global e totalitária da vida”³². Dessa forma, sugere Giacóia Jr: “seria necessário e urgente repensar com muito cuidado os programas biopolíticos de antropotécnica que se apresentam embalados pelo delírio tecnológico de onipotência — bem como a compulsão à repetição que dela se nutre”³³.

²⁹ Lynas, 2008, p. 229.

³⁰ Giacóia Jr, 2013.

³¹ Giacóia Jr, 2013, p.129.

³² Giacóia Jr, 2013, p. 119.

³³ Giacóia Jr, 2013, p. 129.

A compreensão do conjunto desses ingredientes críticos produzidos pelo processo de “politização da vida”, levado a cabo pelos mecanismos de ação dessa era de domínio do biopoder, indica os estágios avançados em que se encontram os projetos exitosos de controle total engendrado pela (geo)politização do mundo, naquele sentido sugerido pelo próprio formulador — Kjellén —, dos conceitos de ‘bio-’ e ‘geo-’ política.

O filósofo Giorgio Agamben em seu já clássico livro “Homo Sacer...” atribui a Karl Löwith o pioneirismo em associar aos Estados totalitários essa característica de “politização da vida”, embora, chame nossa atenção para o “curiosa contiguidade entre democracia e totalitarismo”, igualmente observada por Löwith, como responsável por essa politização global: “a formação da democracia burguesa e sua transformação em democracia industrial de massas, com a anulação das diferenças políticas relevantes e a postergação das decisões a esse respeito, converteram-se em seu oposto: a total politização [*totale Politisierung*] de tudo, mesmo os aparentemente neutros domínios da vida”³⁴.

Na expressão difundida por Milton Santos³⁵, “globalitarismo” [“muito mais que globalização”] é o que aí se verifica. Portanto, essa seria a forma mais adequada para caracterizar estes “tempos de globalização” — “tempos em que tudo é política”, conforme advertia o saudoso geógrafo brasileiro, em sintonia com a ideia de “politização total” a que se referem Löwith e Agamben,. Politização esta, que, decorrente dos programas bio(geo)políticos e “os delírios tecnológicos de onipotência”, conforme indicou Giacóia Jr, poderia ser vista também como subproduto de uma produção espacial que Milton Santos caracterizou como técnico-científica para fazer referência a um espaço que, como *psicoesfera*, ou como *tecnosfera*, realiza-se no âmbito do território global, apropriado pela bio(geo)política contemporânea.

Todos esses ingredientes, dimensões e ideias, têm sido reiteradamente contemplados nos diversos princípios e exortações reunidos em eventos, que nas últimas décadas foram especialmente promovidos (muitos deles pela UNESCO) para discutir as características da crise contemporânea, considerando, particularmente, as responsabilidades dos componentes socioambientais e cognitivos na configuração dessa crise. Desde as hoje já famosas e clássicas “*Cartas de Veneza e Paris*” (de 1986 e 1991, respectivamente), aos Congressos Mundiais de Transdisciplinaridade, que tiveram lugar em Lisboa, Portugal (1994) e Vila Velha, Brasil (2005)³⁶, passando por diversos outros encontros e simpósios, como aquele que produziu o “Manifesto pela Vida...”, às vésperas da “Rio+10”, é possível identificar da menção aos componentes mais agudos da crise, aos caminhos sugeridos para a produção dos antídotos que possivelmente a debelariam. Na “Carta de Paris”, por exemplo, iniciava-se alertando exatamente para o perigo do “totalitarismo planetário” que a “crença na existência de um único caminho de acesso à verdade e à realidade”, poderiam promover, e concluía-se indicando para a necessidade de valorizar “o desafio da transdisciplinaridade”, em seu propósito de “gerar uma civilização, em escala planetária, que, por força do diálogo intercultural, se abra para a singularidade de cada um e para a inteireza do ser” E no “Manifesto pela Vida...”, a síntese de reconhecimentos ia direto ao ponto de associar a “crise

³⁴ Löwith *apud* Agamben, 1998, p.72.

³⁵ Santos, 2000.

³⁶ O conjunto desses documentos a que estamos nos referindo, em seus textos integrais, bem como os trechos citados a seguir, de alguns deles, podem ser encontrados em: <http://www.ouviroevento.pro.br/index/carta_da_transdisciplinaridade.htm> (on line em 15/03/ 2014)

ambiental, como a crise do nosso tempo e uma crise de civilização”, justificando tal associação porque esta — a crise contemporânea — não só promove a degradação do ambiente, mas “subvaloriza a diversidade cultural e ignora o Outro (o indígena, o pobre, a mulher, o negro, o Sul) enquanto privilegia um modo de produção e um estilo de vida insustentáveis que se tornaram hegemônicos no processo de globalização”³⁷.

Biocivilização: velhas ideias em uma nova síntese

As características da crise que enfrentamos, portanto, não podem prescindir da consideração dos componentes, globais e espaciais — civilizatórios, enfim —, que concorrem para o exercício de um controle realizado nas escalas dos territórios mundiais. Amplitude esta, que foi alcançada graças ao sucesso experimentado pelas unidades geopolíticas que ordenam e confinam, ou pretendem confinar e/ou direcionar, os conjuntos de fenômenos apropriados por suas fronteiras: dos sócio-populacionais aos físico-ambientais. Dessa forma, como já indicamos reiteradas vezes neste trabalho, apoiando-nos sobretudo nas reflexões de Michel Foucault, realiza-se a era de um “biopoder”, dependente dos controles ‘*bio*’ e ‘*geo*’ políticos que a economia-política mundial viabilizou. Mas é o próprio Foucault que nos fornece a chave para a reversão desses controles:

“E contra esse [bio] poder ainda novo no século XIX, as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre que ele investe — isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo. Desde o século passado, as grandes lutas que põem em questão o sistema geral de poder (...), o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser...”³⁸.

Como essa percepção, expressada por Foucault, acerca dos caminhos da resistência ao controle exercido pelos biopoderes, descende basicamente de um aprendizado indicado pelo próprio filósofo francês — “O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência...” —, e esse aprendizado, por sua vez, indica que tais elementos compõem “forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las”, o “poder-saber”, ainda nas palavras do filósofo francês, torna-se “um agente de transformação da vida humana”³⁹.

Foucault sugere chamar de “bio-história”⁴⁰ esse processo de interação entre os movimentos da vida e os da história.

Tal processo, no entanto, converteu-se em biopolítica quando, na “era dos biopoderes”, a repartição espacial das diversas populações do mundo foi submetida às determinações do braço

³⁷ Trechos extraídos do “Manifiesto por La Vida, Por Una Ética para la Sustentabilidad”, elaborado no Simpósio sobre Ética y Desarrollo Sustentable, celebrado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 2 e 4 de Mayo de 2002. Disponível em <<http://www.pnuma.org/educamb/documentos/Manifiesto.pdf>>

³⁸ Foucault, 1999, p.136.

³⁹ Foucault, 1999, p.134.

⁴⁰ Foucault, 1999, p.134.

territorial da economia-política: o “país”, ou o Estado nacional moderno. Nessa era, portanto, a “*bio-história*” converte-se também em “*biogeografia*”, no sentido originalmente formulado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que sugeria o entendimento da dinâmica antropogeográfica como parte de uma “biogeografia universal”, considerando que as populações humanas assim como outras manifestações (fito e zoogeográficas) da vida, apenas compunham diferentes dimensões da energia vital que se manifesta no planeta, embora, evidentemente, e como o próprio Ratzel reconhecia, os limites impostos pela “geografia política” (uma “geografia dos espaços vitais”) e as fronteiras demarcadas pela ação humana, claramente estabeleciam as relações de poder e de alteração das fisionomias terrestres que esta ação detinha sobre as demais manifestações da vida e de seus ambientes, particularmente ao promover a *Raubwirtschafft*, aquela “economia de saque e/ou de pilhagem”, a que já nos referimos⁴¹.

O poder que essas características da ação humana anunciavam eram evidentes, e os resultados que foram observados, especialmente nos pólos fracos e/ou subordinados da (bio)geografia mundial, que os processos colonial e neo(pós)colonial, sucessivamente, estabeleceram, em nome de um empreendimento que se dizia civilizatório, são por demais conhecidos.

A proposta biocivilizatória, reunida por Ignacy Sachs, e direta ou indiretamente inspirada em várias das ideias de alguns dos autores que aqui estamos mencionando, além de outros que o próprio Sachs indica, reúne os ingredientes básicos para se oferecer como horizonte no qual os que pretendam reverter essa história de controle de corpos e espaços, possam depositar suas esperanças de resistência. As bases em que se sustentam evidenciam isso, pois, entre outras características, reconhecem: o caráter civilizatório da crise que atravessamos; a necessidade de conferir primazia à vida; a importância das componentes espaciais e territoriais, incluindo a necessária revisão das hierarquias promovidas pelo ordenamento geopolítico e também pelas divisões do trabalho com as consequentes especializações territoriais que promovem — ‘campocidade’, ‘norte-sul’, ‘oriente-ocidente’. Além do mais, esse horizonte de proposições não deixa de fora o necessário confronto entre as ‘fontes energéticas’ e os ‘combustíveis’ que não só alimentam, mas identificam os próprios percursos civilizatórios, quando contrapõe à ‘era do petróleo’ aquela da biomassa. Evidentemente, aqui se poderiam juntar outras propostas, reforçadoras desses mesmos caminhos, como aquela da *bioeconomia* formulada por Georgescu-Roegen.

Biocivilização: percurso e trajetória

Como já indicamos e desenvolvemos em outros trabalhos, para os quais tomamos a liberdade de mais uma vez remeter o leitor⁴², Sachs, como ele próprio afirma, tomou emprestado de um geógrafo, Pierre Gourou (1900-1999), a ideia de “civilização do vegetal” ou da “biomassa”⁴³. Pierre Gourou produziu extensa obra dedicada principalmente aos estudos da geografia dos países

⁴¹ Para os interessados em conhecer algumas das obras e reflexões produzidas por Ratzel que nos autorizam a fazer essas considerações, indicamos um trabalho que produzimos em 1999, *Geografia e Complexidade*, publicado em *Scripta Nova* e disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-34.htm>>.

⁴² Referimo-nos especialmente a Carvalho, 2006, 2012 e 2013. Nestes, o percurso dessa trajetória da ideia de biocivilização sintetizada por Sachs poderá ser observada com algum detalhamento, além daquele que abordaremos aqui.

⁴³ Sachs, 2009.

tropicais e de suas sociedades. De suas primeiras obras às últimas formulou abordagens que se poderiam considerar até contraditórias, pois enquanto naquelas é possível encontrar uma espécie de avaliação científica para o empreendimento (neo)colonial⁴⁴, nas últimas, são justamente os “defeitos” apontados nas primeiras — as características humanas e físicas dos países tropicais —, que são indicados como as potencialidades que os libertarão e que possibilitarão seus desenvolvimentos autônomos⁴⁵.

Em particular, em duas de suas últimas obras — *Terres de bonne espérance*, de 1982 e *L'Afrique tropicale, nain ou géant agricole ?*, de 1991 — a adesão de Gourou ao colonialismo, dá lugar a uma manifestação na esperança de cooperação e incremento do diálogo e aprendizado sul-sul, para que os países geopoliticamente aí localizados, possam debelar suas crises sobretudo as relacionadas à soberania e segurança alimentar, considerando as claras implicações socioambientais que os modelos de subordinação agrário-mineral exportador lhes impuseram. Recomendações estas, que vão ao encontro daquelas mesmas feitas por Morin ou Souza Santos, quando sugerem a necessária superação dos ‘modelos ocidentocêntricos’ ou o combate ao discricionarismo do ‘conhecimento abissal’, respectivamente.

Em seus derradeiros textos, o geógrafo francês, portanto, já havia antecipado a necessidade de fortalecer tais perspectivas.

Sachs, imbuído desse mesmo espírito, e não prescindindo das inspirações (bio)geográficas (considerando o sentido que a esse campo se pode atribuir, a partir dos aportes que vão de um Ratzel a um Gourou), vai construir sua proposta indicando, inclusive, os locais, as condições, os fatores e até mesmo os temas pertinentes, que devem ser considerados para o percurso biocivilizatório, considerando os seus mais diversos estágios de realização, que vão do desenvolvimento e divulgação de uma ideia, e das experiências que já realizam tal percurso, às indicações possíveis para a construção desse novo horizonte de possibilidades e de referências que se poderia oferecer para o enfrentamento das características socioambientais da crise contemporânea.

Não é por outra razão, que a Amazônia, o principal manancial de biodiversidade do planeta, e consequentemente da sociodiversidade que a faz existir⁴⁶, é a região indicada por Sachs como aquela que reúne as condições e as potencialidades que a evidenciam como uma espécie de “laboratório da biocivilização do futuro”. Nas palavras do próprio Sachs:

“Somos todos Amazônidas, sem que isto justifique a internacionalização da Amazônia. Bem ao contrário, o porvir da Amazônia é responsabilidade e, direi, privilégio da Nação brasileira. Caberá a ela, no seu próprio interesse e no de

⁴⁴ Carvalho 2012.

⁴⁵ Carvalho, 2012; Bruneau, 2000.

⁴⁶ Diversos autores insistem, e com eles nos alinhamos, que, na medida do possível, sempre registremos essa íntima relação que especialmente no espaço amazônico se estabelece entre bio e sociodiversidade. Alguns deles, já os mencionamos aqui. Dentre eles, vale registrar a indicação dos textos de Laymert Garcia dos Santos, que tem envidado esforços nesse sentido em várias ocasiões. Em Santos (2003), esta discussão se desenvolve em vários capítulos, ou, especificamente, em um artigo publicado por esse mesmo autor em 2007 na Revista Novos Estudos do CEBRAP, essa questão é tratada como tema central da abordagem, particularmente considerando a negligência usual que gravita em torno da questão ou do reconhecimento dessa associação.

toda a humanidade, colocar a Amazônia na rota de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente incluyente, transformando-a num laboratório pioneiro das biocivilizações do futuro”⁴⁷.

Indicação semelhante já havia sido colhida em um Seminário Internacional, organizado em 2006 por Eduardo Viveiros de Castro e Laymert Garcia dos Santos em manifestação que reconhecido jornalista amazônica, Lúcio Flávio Pinto, fez em texto especialmente produzido para o Seminário:

“Reino da luz, da água e da floresta, a desafiar os cânones do saber criados com base em outras paisagens, a Amazônia é — e é cada vez menos — o território ideal para um derradeiro experimento do homem, impenitente e impertinente *Homo agricola*: o estabelecimento de uma civilização florestal, baseada no uso inteligente do bem mais nobre desse bioma, centrado na massa vegetal, fonte da maior biodiversidade da Terra”⁴⁸.

Da observação dessas interações amazônicas/amazônicas e o potencial que representam, é que muitos extraem a indicação dos ingredientes necessários ao faceamento da crise correspondente à negligência com os imperativos socioambientais da atualidade, particularmente se se considera os resultados já práticos que a realidade dessas interações produzem seja no próprio espaço amazônico, seja nos diversos outros espaços que em latitudes semelhantes, e apoiados em biomassa abundante, produzem os principais, e cada vez mais escassos, mananciais de sociobiodiversidade do planeta.

A começar pela Amazônia, em sua reconhecida condição de prestadora de serviços ambientais, além de “grande dispensadora de climas e reguladora do regime hídrico”⁴⁹, na escala global, todos os outros, em escalas diferenciadas exercem funções semelhantes. No conjunto, indicamos as práticas e os aprendizados aos quais deveríamos nos dedicar para garantir maior longevidade ao espaço total do planeta, caso queiramos investir nessa possibilidade, mas com qualidade de vida que promova justiça ambiental e social.

Biocivilização: novos protagonismos nos controles socioespaciais

Apenas com o exemplo amazônico, já seria possível divisar as múltiplas territorialidades (territórios indígenas, reservas extrativistas, espaços das populações tradicionais, assentamentos agrícolas), produzidas por geografias políticas centradas em outras referências, que não apenas aquelas determinadas pelos Estados nacionais, ou pelos mercados mundiais. O privilégio aos variados espaços de vida e de organização social, impõe a cultura de uma diversidade ampla, irrestrita e em grandezas territoriais, que confrontam a lógica do mercado em suas escalas e necessidades de crescimento, racionalidade (de custos, investimentos, diversificação limitada...) e gerenciamento.

No caso de espacialidades como as que são produzidas pelos povos da floresta, são as múltiplas referências ecossistêmicas e culturais⁵⁰, por exemplo, as adotadas para produzir uma geografia política cuja profusão de paisagens e territorialidades, só pela força e pela destruição imposta pela

⁴⁷ Sachs, 2008, s/n.

⁴⁸ Pinto, L. F *apud* Santos, 2007, p.50.

⁴⁹ Sachs, 2008, s/n.

⁵⁰ Para ter uma ideia dessa multiplicidade basta considerar as 23 ecorregiões delimitadas pelo geógrafo Aziz Ab'Saber para o espaço amazônico, as quase duas centenas de nacionalidades indígenas e outras tantas comunidades e populações tradicionais que lá habitam (cf. Sachs, 2008 e Santos, 2007).

geopolítica do Estado-nação, ou pela pressão econômica que esta realiza, é que se consegue conter.

Como já afirmamos em outra ocasião⁵¹, as fronteiras amazônicas, por decorrência as fronteiras e as tensões a que estão submetidos espaços semelhantes em seus conteúdos de ‘bio’ e sociodiversidade, mais do que demarcar os limites entre regiões, revelam os choques e as tensões que paradigmas civilizatórios distintos podem evidenciar. A manutenção da integridade de um espaço, — de sociobiodiversidade, por exemplo —, choca-se com as necessidades de desenvolvimento e de crescimento de outro, — movido pelos interesses do agronegócio ou da biotecnologia, por exemplo —, mesmo que estes se proclamem sustentáveis, pois a fragmentação e a diversificação socioespacial que a integridade de espaços como o amazônico impõe, para a manutenção das características fisiográficas e das populações que nele ainda resistem, tornariam inviáveis (insustentáveis) os investimentos monoculturais e as padronizações que o sistema hegemônico requisita.

Ou seja, em espacialidades de diversificação “tipo amazônicas”, que, diga-se de passagem, podem ser identificadas nos mais distintos lugares, as políticas e os controles (‘geo’ e ‘bio’) que viabilizam os biopoderes, e até mesmo os combustíveis que os alimentam, cedem lugar para outras práticas, perspectivas e, quando é o caso, outras fontes energéticas.

Apoiados na primazia da vida, da diversidade e do respeito aos saberes tradicionais esquecidos (ou destruídos), nesses focos de resistência, nem todos compartilham da fé na inevitabilidade do processo civilizatório hegemônico, nas variadas versões com que ele se apresenta — “civilização do petróleo”, sociedade [agrário]urbano-industrial...; nem tampouco se rendem às crenças que invariavelmente são propaladas junto com a imposição dessa fé: progresso, crescimento infinito, “sustentabilidade”, urbanização inevitável etc.

Daí porque pensadores como Ignacy Sachs e outros, que apesar de suas diferenças, convergem para o fortalecimento dos princípios e bases que alicerçam essa espécie de resistência ‘bioepistemológica’, sugerem inclusive a necessária revisão de paradigmas considerados intocáveis, tais como os horizontes estabelecidos para o futuro das relações cidade-campo, ou para o chamado processo de urbanização, que se pauta apenas na consideração da quantificação e distribuição das populações pela cidade ou pelo campo.

Ignacy Sachs sintetiza essa preocupação, sugerindo explicitamente que parte do ceticismo que muitas vezes propagam em relação à “civilização moderna da biomassa”, deve-se ao fato de que estas “permanecem prisioneiras de um conceito de modernidade muito centrado no urbano e nas áreas de alta tecnologia”⁵² e sugere, mesmo sem evidentemente negar a funções civilizatórias da cidade, o exame sério de medidas que busquem “desacelerar o êxodo rural e, ao mesmo tempo, humanizar os campos, procurar novos equilíbrios demográficos, sociais, ecológicos e culturais

⁵¹ Carvalho, 2012.

⁵² Sachs, 2009, p. 340.

entre os diferentes pontos do *continuum* cidade-campo”⁵³, com base em dois importantes imperativos como os que se expõem a seguir:

“Assim, encetar um novo ciclo de desenvolvimento rural parece um imperativo social. Esse se desdobra num imperativo ecológico. Os camponeses são capazes de fazer serviços ambientais essenciais, de ser os guardiães das paisagens e os gerentes dos recursos de que depende nossa existência – solos, águas, florestas e, por extensão, climas. Evidentemente, será preciso incitá-los e até remunerá-los por essas funções, começando por garantir aos camponeses, que dele são privados, o acesso à terra e aos recursos naturais necessários para viverem. Na falta disso, esses prisioneiros de estruturas fundiárias desiguais terão de se apropriar de modo predatório do mínimo de recursos indispensáveis para sua sobrevivência, ou de emigrar para as favelas.”⁵⁴

Considerando esses e outros imperativos sociais e ecológicos que a atualidade nos impõe, e parafraseando o próprio Sachs, se somos todos amazônidas, porque dependentes dos serviços ambientais que os povos do espaço amazônico nos dispensam, e também porque somos solidários a eles, então somos todos “camponeses”, ou “indígenas”, por semelhantes razões e até mesmo pela identidade que gostaríamos de manifestar com aqueles que hoje nos indicam os caminhos para a construção de um futuro em que a vida, em suas manifestações generalizadas, assim como a integridade e autonomia dos nossos corpos, e dos espaços vitais que eles requisitam, sejam guindados aos postos de primazia e de controle que lhes têm sido negados pela “era dos biopoderes”.

Biocivilização e as diversas escalas de sua construção

Sem medo de errar, cremos que de Georgescu-Roegen, e sua *bioeconomia*, a Morin, e sua “*A Via [p/ o futuro da humanidade]*”, passando pelos diversos outros autores em que nos apoiamos, todos eles convergiram para sustentar algumas das principais ideias que estamos identificando nessa espécie de síntese que a formulação biocivilizatória, sugerida por Sachs, representa, incluindo a solidariedade de identidades com outros saberes, formas de existências e povos, que ela indica. Mas, seria ocioso e desnecessário evocarmos novamente aqui, o apoio das referências às autoridades desses diversos autores que viemos reunindo para construir nosso argumento. Já tivemos a oportunidade, inclusive, de remeter os que nos lêem para diversos outros trabalhos, em que sob variados ângulos, temos insistido na ideia que estamos desenvolvendo e amparados pela contribuição de vários deles.

Tomaremos, no entanto, a liberdade de acrescentar apenas mais três indicações, provenientes de respeitadores pensadores brasileiros (um deles já aqui mencionado, por outro trabalho), com o intuito não só de ampliar o suporte a essas proposições, que muitos poderiam considerar demasiadamente utópicas, sobretudo em função das identidades que as paráfrases que cometemos há pouco podem suscitar, mas de ampliar também a percepção das diversas escalas e frentes em que as resistências biocivilizatórias podem atuar.

A primeira delas é o trabalho do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, intitulado “*No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é*”⁵⁵, por causa da capacidade de conferir sentido mais real e

⁵³ Sachs, 2009, p. 340.

⁵⁴ Sachs, 2009, p. 339.

⁵⁵ Castro, 2006.

menos metafórico à ideia de que “somos todos indígenas”, ou amazônidas, pois “os coletivos caiçaras, caboclos, camponeses e índios são índios (e não 33% índios) no sentido de que são o produto de uma história, uma história que é a história de um trabalho sistemático de destruição cultural, de sujeição política, de “exclusão social”...⁵⁶.

A segunda é o livro organizado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes⁵⁷, “*Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*”, especialmente no capítulo de outro geógrafo, Antonio Thomaz Jr, (*A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria — qual o lugar do campesinato e do proletariado*) por idêntica capacidade de demonstrar como o processo de “campeonização” é mais amplo do que possa parecer, apontando como as identidades dos diversos setores empobrecidos e ameaçados de desterritorialização se forjam e se constroem na luta social, e como estes estão constituindo um polo de promessas de transformações, que os setores urbanos e proletarizados não cumpriram.

Por fim, a terceira indicação, extraímos de um artigo do importante e decano economista brasileiro Paul Singer, que em recente artigo, provocativamente intitulado “*Luta de Classes*”, faz a defesa dos princípios da “Economia solidária”, que, hoje em dia, segundo Singer é “praticada por setores organizados em movimentos sociais de todos os continentes, geralmente sob a forma de cooperativismo”⁵⁸ e que continuam aperfeiçoando um modelo de resistência ao capitalismo, que desde meados do século XIX vem sendo desenvolvido, mas, que agora, com aprimoramentos, expande-se por uma rede de filiadas à “Aliança Internacional de Cooperativas, inclusive as agrárias, de consumo, de crédito, de moradia e de diversas outras modalidades”, difundindo princípios claramente opostos àqueles pautados na autofagia do “salve-se quem puder”, no rentismo especulativo e em uma competitividade sem limites, promovida pela “hegemonia global do capital financeiro” que, entre outras coisas, foi o responsável por provocar a séria crise de 2008, que outro famoso economista, o francês Jean Gadrey, igualmente crítico do neoliberalismo, não titubeou em classificar como a “primeira crise socioecológica do capitalismo financeiro e bursátil”⁵⁹.

Essas últimas indicações sugerem que além da necessária construção de modelos globais e da defesa de perspectivas amplas de transformação, como é a síntese reunida pela proposta biocivilizatória, os processos de resistência aos controles e à destruição, encetados pelos padrões ainda dominantes — os biopoderes e seus “braços” executores (a ‘bio’ e a geopolítica) —, podem se desenvolver nas mais diversas escalas e trincheiras, seja no ‘campo’ ou na ‘cidade’, sobretudo, quando são movidos por ingredientes que nitidamente os tornam tributários daquele esforço mais amplo de construção civilizatória, que confere primazia à vida, à diversidade, aos saberes sufocados e/ou destruídos e, conseqüentemente, às comunidades, indivíduos, culturas e identidades, que em seus esforços de cooperação e/ou solidariedade, com eles se relacionam. Ou seja, estas, que poderíamos chamar de resistências ‘bioepistemológicas’ podem prosperar e ser incentivadas nas mais diversas situações, escalas e ambientes, e não só pelo fato de que os padrões globais de acumulação e controle, se se realizam hegemonicamente, é porque não deixam

⁵⁶ Castro, 2006, s/n.

⁵⁷ Fernandes, 2008.

⁵⁸ Publicado na seção de opinião da Folha de São Paulo de 13 de janeiro de 2014 e disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/01/1396222-paul-singer-luta-de-classes.shtml>>.

⁵⁹ Jean Gadrey *apud* Morin, 2011, p. 80.

praticamente nenhum lugar de fora do seu alcance de ação, mas principalmente porque muitas dessas resistências evidenciam a mesma percepção que Michel Foucault já expressou acerca de como o poder se viabiliza e, portanto, qual a melhor maneira de combatê-lo, ou de resistir ao seu controle integral. Em diversas oportunidades, o pensador francês advertiu:

“(...) uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”⁶⁰.

Foucault, evidentemente, não desprezava a importância do aparelho de Estado, mas sobretudo alertava para aqueles “esquematismos” que ao localizar o poder exclusivamente no aparelho de Estado, e ao fazerem deste “o instrumento privilegiado, capital maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe”⁶¹, descuidavam da percepção de que “o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder”⁶².

Para aqueles realmente interessados em resistir aos mecanismos de controle social centralizado pelo Estado, ou em reverter essa centralização, a consideração do alcance e da forma como o poder se exercita, é fundamental. A desconsideração da “microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições”⁶³ pode tornar inócuas as lutas que contra ele se voltam, a não ser que a intenção seja apenas a mudança de mãos que controlam o Estado e não a efetiva alteração nos controles que se exercem sobre a sociedade, os indivíduos, seus corpos e seus ambientes. Se há intenção real de mudança, ainda segundo Foucault, importante considerar a condição difusa do poder na realidade dos “micropoderes”, cujo enfrentamento não obedece, portanto, à lei do tudo ou nada, uma vez que estes “definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças”⁶⁴.

Somos todos EACH

Embora os elementos centrais e suficientes de nossa reflexão já tenham sido expostos até aqui, gostaríamos então de finalizá-la fazendo menção aos episódios que recentemente, e ainda inconclusos, envolveram a segunda maior unidade da mais importante universidade latino-americana, a Universidade de São Paulo, considerando os mais diversos e questionados *rankings* de classificação acadêmica.

A menção a tais episódios justifica-se porque considerando as advertências que reproduzimos há pouco, e feitas pelo filósofo dos biopoderes, os ingredientes básicos que indicam resistência à perenização dos controles exercidos por esses poderes, particularmente por causa das ações e acontecimentos que revelam confrontos no universo “microfísico” onde eles de fato acontecem, tornam tais episódios particularmente interessantes àqueles preocupados em capturar no cotidiano

⁶⁰ Foucault, 2003, p. 85.

⁶¹ Foucault, 2003, p. 91.

⁶² Foucault, 2003, p. 91.

⁶³ Foucault, 1999a, p. 30.

⁶⁴ Foucault, 1999a, p. 30.

e na “insignificância” os contributos para a construção de uma biocivilização. Sem a solidariedade das “insignificâncias”, e sem a ação nos locais e escalas onde o controle se exerce, o antídoto biocivilizatório não se aplicará e não se construirá.

Não faremos um histórico extenso dos episódios a que nos referimos, nem aos fatos que os desencadearam. Eles podem ser conhecidos em diversas fontes que envolvem desde trabalhos que já desenvolvemos, como outros bastante acessíveis e disponíveis nas redes⁶⁵.

A situação atual é que o *campus* onde funciona a Escola de Artes, Ciências e Humanidades — EACH-USP está interdito desde 9 de janeiro de 2014, por decisão judicial. E assim permanecerá até que sejam tomadas as atitudes satisfatórias para tornar o seu ambiente saudável à frequência dos cerca de 5.000 corpos que ali trabalhavam, pesquisavam e assistiam às aulas ministradas até o ano passado, 2013.

Essa interdição resultou de um cruzamento entre mobilização política, desencadeada por professores, alunos e funcionários da Escola e decisão da justiça em atendimento às reivindicações protagonizadas por estes setores.

Os frequentadores do *campus*, quando começaram a conhecer a realidade de seu terreno, contaminado pelos ingredientes dos aterros sucessivos que ali se fizeram, antes e depois da instalação da Escola⁶⁶, e ameaçado por gases (especialmente metano) que se acumulam em seu subsolo, recusaram-se a submeter seus corpos ao risco ou de explosão ou de envenenamento que isso lhes prometia e paralisaram suas atividades. A justiça, pressionada e alimentada pelas informações que estes lhes proporcionavam, sobretudo quando executavam movimentos diferentes daqueles da rotina acadêmica (greves, assembleias, manifestações de rua, ocupações de edifícios de administração da universidade etc.) e, ao mesmo tempo, observando a inoperância das autoridades acadêmicas em adotar medidas que efetivamente cessassem os riscos ou esgotassem as fontes de envenenamento, e considerando também as responsabilidades que algumas dessas autoridades tiveram no próprio envenenamento, interditou o *campus*.

⁶⁵ De nossa própria lavra, indicamos: “Urbanidades de uma Universidade Pública e Inclusiva...” disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-49.htm>>; “Novos Horizontes para o Urbano: Urbanidades, Biocivilização e Resistência na Universidade (Usp-Leste), disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-932/b3w-932-2.htm>>; “Somos todos EACH...”, disponível em <<http://www.geocritiq.com/2014/01/somos-todos-each-usp-ou-nos-somos-voces-amanha-3/>>. Ver também o conjunto das matérias, reportagens e documentos publicados no site da Associação dos Docentes da USP, ADUSP: <<http://www.adusp.org.br/index.php/defesa-da-universidade/310-condicoes-de-trabalho/each>>

⁶⁶ O *campus* situa-se às margens do principal rio da cidade de São Paulo e seu terreno, originalmente, é fruto de aterro realizado com material dragado desse rio, ou por ele próprio depositado, desde muito antes de 2005, ano da implantação da EACH. Recentemente, em 2010 e 2011, foi realizado novo aterro nas áreas não edificadas do *campus*, com solo de composição e origem não claramente ainda estabelecidas. Em muitas amostras desse solo, no entanto, já se detectaram a presença de importantes contaminantes que oferecem riscos à saúde humana. O ex-diretor da Escola, hoje afastado de suas funções, é considerado o principal responsável pela autorização do transporte desses contaminantes. Mas ainda há muito que apurar, em torno das responsabilidades desse fato, que segundo as leis ambientais brasileiras configura crime imprescritível e inafiançável, por ter feito movimentação de terra sem autorização em área de proteção ambiental (onde o *campus* se localiza) e por ter transportado, entre outros contaminantes, PCbs (Bifenilas Policloradas), ação proibida em todo o território nacional.

Os episódios narrados pareciam ilustrar as lições de cidadania do saudoso e já mencionado geógrafo Milton Santos, reunidas em seu *O Espaço do Cidadão* e que nos ensinava: “o cidadão é uma categoria política que só tem eficácia enquanto categoria jurídica”⁶⁷. E a lei, advertia o geógrafo, não esgota o direito. Nem tampouco, os direitos se realizam, sem a elaboração e cumprimento de leis.

A justiça do Estado colocou-se ao lado dos direitos reivindicados por aqueles que passaram a conhecer profundamente o espaço que lhes estava destinado. “Saber é poder”, diria o filósofo. E, de fato, ali, conquistou-se “uma inversão transitória na relação de forças”. Essa inversão persiste. A Universidade tem produzido recursos jurídicos e argumentos com o intuito de liberar o *campus*. Mas não produz a descontaminação cabal e a exaustão dos gases ameaçadores do subsolo. Apenas encaminha promessas e executa ações “incipientes”, conforme o último despacho judicial de 25 de fevereiro de 2014, que mantém a interdição.

As “inversões transitórias na relação de forças” evidentemente não são fiáveis, são transitórias. E aqueles que resolveram assumir o controle de seu espaço e da determinação do que é ou não saudável para seus corpos, instituíram, eles próprios, suas instâncias de controle, comando e operação e, ao mesmo tempo, não descuidaram da necessária troca de mãos, nos “aparelhos centrais” — no caso os “micro-estados” que governam o *campus* —, ampliando os colégios eleitorais que sufragam seus coordenadores e/ou titulares, e também os membros que deles participam.

A instituição agora está sendo obrigada a correr contra o relógio e a fazer tudo aquilo que não fez em quase uma dezena de anos de história desse novo *campus*. Ao mesmo tempo, pressiona basicamente na dimensão em que atua, a do poder de Estado, pela desinterdição do *campus*, independentemente das condições de salubridade que apresente. Sim, pois em nossa sociedade de controles centrais e de desconsideração dos saberes não oficiais, ou não chancelados pelo poder, aquilo que a justiça diz corresponde à realidade. Ou seja, se ela desinterditar, é porque o *campus* é saudável, ou, dito quase da mesma forma, o *campus* será saudável quando for desinterditado. Mas, como dizem os que o conhecem, porque o vivem, ou o viviam, até pouco tempo atrás, o *campus* permanece problemático, do ponto de vista das suas condições físico-ambientais. Surpreendentemente, talvez por causa das características foucaultianas desse movimento, a justiça abrigou esse saber, enviando seu próprio perito para avaliar se a realidade correspondia à expressão do que dizem os que o frequentam e o vivem, ou ao [não] saber [do poder central] da instituição, que, por suas ações, consciente ou inconscientemente, parece interessado apenas na integridade da instituição e do biopoder que ela representa. Prevaleceu a realidade que o saber dos que trabalham, estudam e/ou frequentam o *campus* expressou, pelo menos até o momento em que concluíamos este artigo.

A resistência oferecida pelos que assumiram a radicalidade do controle da saúde de seus corpos é uma atitude que claramente contribui para a construção biocivilizatória a que aludimos, porque não só se opõe à perpetuação dos biopoderes, mas porque o combate onde ele se concretiza e se reproduz: na ‘insignificância’ de um *campus* universitário localizado na periferia da cidade de São Paulo.

⁶⁷ Santos, 1987, p.79.

As diversas manifestações oficiais e de representantes do poder central, dentro e fora da universidade, evidenciam esse “choque de perspectivas civilizatórias” em confronto. Todos estes, ou insistem em minimizar os chamados problemas ambientais existentes no campus, ou diluem essa existência afirmando que há problemas em todos os lugares, ou fazem certa apologia das virtudes da ignorância, lembrando que quotidianamente frequentamos lugares cuja salubridade se desconhece, e que nós mesmos até há pouco frequentávamos, inclusive o próprio *campus* hoje interdito, sem [saber dos seus] ‘problemas’ e estávamos bem assim..., ou seja, vivíamos uma espécie de ‘éramos felizes e [porque] não sabíamos’.

Mas os que não sucumbiram a esse conjunto de falácias e que, pelo contrário, recusam-se ao amortecimento, controle e submissão de corpos que elas sugerem, optaram por seguir investindo naquilo que tem se revelado uma surpreendente compreensão do momento [era dos biopoderes] e das crises socioambientais que estamos, de fato, generalizadamente vivendo em todos os lugares, e num gesto de solidariedade com seus próprios corpos e com os corpos dos outros, passaram a exigir um espaço que seja controlado pelas imposições e necessidades da vida, e ali, na microrrealidade, onde isso acontece.

Como dissemos, esse é um movimento inconcluso. A despeito disso, indubitavelmente, ele nos indica caminhos que do micro ao macro, apontam para trajetórias que se somam ao esforço de alguns coletivos na construção de uma biocivilização do futuro. Os elementos que motivam os participantes desse conjunto se assemelham e nos autorizam a apontar isso. Na ‘insignificante’ escala em que atuam, os que participam desse movimento, tornaram-se também “dispensadores de serviços ambientais” para fora de seus âmbitos, pois, com os exemplos até aqui dados, claramente apontam alguns caminhos possíveis de serem trilhados por todos aqueles que vivem nos outros espaços de subordinação (e contaminados pelos mesmos desmandos e ingredientes produzidos pela sociedade global): primazia à vida, ao saber, ao controle e conhecimento dos seus próprios espaços, inconformismo e resistência contra o entorpecimento oferecido aos que despertam para a luta pela autonomia, liberdade e controle do próprio corpo.

Vale a pena prestar atenção aos desenlaces que o futuro aguarda para esse movimento. Cremos que enquanto ele existir haverá privilégio à “vida” e a tudo que isso possa representar, inclusive nas manifestações das esferas jurídicas, que seguem extremamente pressionadas pelos interesses do Estado, e que tradicionalmente sempre foram voltadas para atendê-los, mas que, como o próprio movimento demonstrou, pode ser ocasionalmente invertida nessa sua tradição.

Dessa forma, aos dísticos, “somos todos amazônidas”, “somos todos indígenas” ou “sem terra”, o lema “somos todos EACH” pode ser adicionado, à medida que vamos disseminando, nos macro e microespaços a consciência do privilégio à vida, a resistência à docilidade e ao controle. Esse foi inclusive o lema adotado pela Associação dos Docentes da Universidade — ADUSP — que a partir daí desencadeou um movimento de solidariedade às ações que os integrantes daquela comunidade protagonizaram, e que hoje revela em sua carga simbólica o nível de compreensão, infelizmente ainda de uns poucos, do significado civilizatório da luta que ali se pratica.

Bibliografia

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. California: Stanford University Press Stanford, 1998.
- BRUNEAU, M. Pierre Gourou (1900-1999), Géographie et civilisations. *L'Homme, Revue Française d'anthropologie*, 153, Paris: EHESS, janvier-mars, 2000, p.7-26.
- CARVALHO, M. B. Biocivilização: Perspectiva e Fundamento para Completar Nossas Independências. In: *Scripta Nova*. Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol. XVI, 418 (29), 2012. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-29.htm>>.
- CARVALHO, M. B. Geografia e História, Tradição e Modernidade: Fundamentos da Geopolítica Contemporânea. *Scripta Nova* (Barcelona), v. X, p. (23)-16, 2006.
- CARVALHO, M.B. et al. Dimensão socioambiental, mudança social e participação política. In: ZANIRATO, S. H (org.) *Mobilização e Mudança Social*. São Paulo: Annablume, 2013, p. 37-62.
- CASTRO, E. V. In: STUTMAN, R. (org.) *Eduardo Viveiros de Castro- Entrevistas* (Col. Encontros). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- CASTRO, E. V. *No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é*. São Paulo: ISA, 2006. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf>.
- ESPOSITO, R. *Bíos: Biopolítica y filosofía*. Buenos Aires: Amorrurtu, 2006.
- FERNANDES, B. M. (org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *O Decrescimento: Entropia-ecologia-economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.
- GIACCOIA JR. O. *Heidegger Urgente: Introdução a um novo pensar*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

KJELLÉN, R. *Grundrisse zu einem System der Politik*. Leipzig: S. Hirzel Verlag, 1920. Disponível em Internet Archive < <https://archive.org/search.php?query=kjellen>>.

LEFF, E. (org.). *A complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

LYNAS, M. *Seis Graus: o aquecimento global e o que você pode fazer para evitar a catástrofe*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MATAGNE, P. L'anthropogeographie allemande: un courant fondateur de l'écologie? *Annales de Géographie*, 1992, 565, p. 325-331.

MORIN, E. *La Via para el futuro de la humanidad*. Barcelona: Paidós, 2011.

PRIGOGINE, I & STENGERS, I. *A Nova Aliança/ Metamorfose da Ciência*. Brasília: UNB, 1997.

SACHS, I. *A terceira Margem. Em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SACHS, I. Amazônia — laboratório das biocivilizações do futuro. *Le Monde Diplomatique, Biblioteca Virtual Diplô*, novembro de 2008, disponível em <<https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2793>>.

SANTOS, L. G. *Politizar as novas tecnologias*. São Paulo: Editora 34, 2003.

SANTOS, L. G. Desencontro ou “Malencontro”? Os biotecnólogos brasileiros em face da sócio e da biodiversidade. *Novos Estudos CEBRAP*, 78, Julho, 2007. p. 49-57.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização/ do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002. 221 p.

SOUZA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 79, p. 71-94, Novembro 2007.